



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SUCESSO ESCOLAR NOS ALUNOS DE ORIGEM CABO-VERDIANA: O CASO DOS ALUNOS QUE INGRESSAM NO ENSINO SUPERIOR.

Gustavo Silva Évora

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

gustavoevora@gmail.com

1. Introdução

Com este documento pretendemos apresentar um trabalho em fase de desenvolvimento o qual se debruça sobre a problemática da escolarização dos descendentes de imigrantes cabo-verdianos em Portugal.

Desde sempre os seres humanos sentiram a necessidade ou foram obrigados a se estabelecerem, temporária ou definitivamente, em territórios que não os seus. Contudo, e pese embora essa ancestralidade, as migrações não se conseguiram *naturalizar* ou tornar-se parte normal das relações sociais, como é defendido por Castles (2010), continuando a ser vistos como um *fenómeno problema*, principalmente quando estão em causa as migrações internacionais.

Várias áreas de conhecimento têm-se debruçado sobre esta problemática, numa tentativa de melhor compreendê-la e de encontrar estratégias para a sua *integração* nas várias dimensões de dinâmicas sociais. No entanto, verifica-se a inexistência de um quadro conceptual comum que aborde a problemática, o que se deve ao facto de as migrações internacionais serem observadas fora de um quadro alargado de relações sociais, ignorando as transformações contínuas que estas sofrem, e, ainda, por essas observações se basearem em níveis de análise muito divergentes Castles (2010), Massey (2008).



A sociedade portuguesa conviveu desde sempre com movimentos migratórios; primeiro como país tendencialmente de emigração, depois como país de imigração. Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)¹, o contingente actual em Portugal de estrangeiros em situação regularizada estima-se em cerca de 455 000 pessoas. Esta população é oriunda sobretudo do Brasil, da Ucrânia, de Cabo verde, Angola, da Guiné-Bissau, e da Moldávia que, em conjunto, perfazem cerca de 71% da sua totalidade. Concentrados maioritariamente nos Distritos de Setúbal, Lisboa e Faro, estes estrangeiros vivem quase sempre em zonas periféricas dessas cidades. É uma população relativamente jovem, em que cerca de 48% tem uma idade compreendida entre os 20 e os 39 anos e 17% tem menos de 20 anos (SEF, 2010).

Os cabo-verdianos, a população abordada neste estudo, constituem uma das comunidades imigrantes mais antigas e, actualmente, com cerca de 48 000 cidadãos registados pelo SEF, ocupam a terceira posição na lista das comunidades estrangeiras mais representativas, 11% do total, atrás do Brasil e da Ucrânia (SEF, 2010). Se a estes valores se acrescentarem os portugueses descendentes de cabo-verdianos, então ultrapassarão os 120 000 indivíduos.

O aumento significativo da população imigrante na sequência do processo de descolonização conferiu uma nova *fisionomia cultural* ao país. O tradicional país *monocultural* deu lugar à coexistência de várias culturas. Na Escola, espaço de homogeneidade e de homogeneização, essa transformação também se fez sentir e a sua população *monolingue, monocromática, unânime* em termos dos hábitos sociais e culturais transformou-se numa realidade bastante diferente – a heterogeneidade passa a ser a sua principal característica. Uma heterogeneidade que rapidamente se constituiu como um problema para a instituição escolar, revelando dificuldade em se adaptar à mesma.

Os alunos descendentes de imigrantes cabo-verdianos constituíram, desde sempre, um dos maiores contingentes presentes na Escola portuguesa, principalmente nas escolas das áreas urbanas ou suburbanas, onde foram sempre identificados como aqueles que experimentam mais dificuldades de integração escolar. Ao atingirem níveis abaixo dos alunos autóctones e da generalidade das comunidades imigrantes (Martins, 2004), os resultados escolares destes

¹SEF. (2010). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2009*



alunos espelham a sua dificuldade em se apropriarem da *cultura* escolar e da Escola em conseguir veicular essa mesma cultura.

2. Situação escolar dos alunos de origem imigrante em Portugal

O debate em torno da integração social dos jovens descendentes de imigrantes tem-se centrado sobretudo na questão da sua escolarização. Tem-se posto em evidência a clivagem significativa registada entre os níveis de sucesso escolar da população estudantil autóctone e os da de origem imigrante, com desvantagem para estes últimos.

Garantir a todos os alunos a igualdade de direitos e de oportunidades de acesso a bens e serviços constitui um dos principais desafios dos estados. Mas, se o direito ao ensino é assegurado por via da legislação, garantir a igualdade de oportunidades continua a constituir uma tarefa muito complexa e de difícil concretização. O facto de ser uma instituição com uma cultura de homogeneização dificulta a resposta da Escola às exigências de uma população escolar cada vez mais heterogénea. Não sendo os únicos, pois há que ter em conta os contributos de agentes como a televisão ou a internet, os alunos de origem imigrante, constituem um dos principais *alimentadores* dessa heterogeneidade, ao serem aqueles que se encontram a uma maior distância daquilo que a Escola valida como cultura legítima. Uma situação penalizadora dos seus desempenhos e geradora da referida clivagem.

A diminuição que se observa na representatividade dos alunos de origem imigrante no total da população escolar, à medida que se evolui nos ciclos de ensino, pode ser interpretada como um reflexo da desigualdade de oportunidades, que perpetua os baixos níveis de instrução verificada na população imigrante portuguesa em geral (Marques e Martins, 2005; Rosa, 2003). Na realidade, apenas algumas comunidades, nomeadamente as de origem leste europeia, conseguem patentear níveis de instrução iguais, ou mesmo superiores, aos dos cidadãos autóctones, enquanto os cidadãos provenientes das ex-colónias se encontram bastante abaixo destes.



Embora as medidas legais não sejam suficientes, por si só, para garantir a igualdade de oportunidade de acesso a estes alunos (Portes, 2000), o Estado português tem vindo ao longo das últimas décadas a implementar algumas medidas políticas que visam facilitar a integração e o sucesso educativo dos alunos de origem imigrante. São exemplo disso a criação dos *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária* e a instituição da figura do mediador sócio cultural para facilitar o contacto entre a família e a Escola; A criação, em 1991, do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural que tinha a função de monitorizar o desempenho escolar dos filhos de imigrantes e das minorias étnicas e de intervir nas escolas no sentido de criar condições para a educação intercultural; A dispensa de exames nacionais dos alunos estrangeiros que frequentam o sistema de ensino português há menos de dois anos; A implementação do Plano *do Português Língua Não Materna*, cujo objectivo é o de proporcionar apoio na língua portuguesa aos alunos que não têm esta como língua materna. A avaliação do impacto destas medidas será sempre de complexa realização, mas sabemos que os problemas diagnosticados e que justificaram a sua implementação continuam a ser os mesmos: fracos desempenhos escolares, elevados níveis de abandono e absentismo escolares dos alunos de origem imigrante.

3.Situação escolar dos alunos de origem cabo-verdiana em Portugal

A representatividade dos alunos de origem cabo-verdiana na população estudantil nacional é proporcional à expressão da presença dessa comunidade na população portuguesa em geral.

Dados do GIASE² (2006), referentes ao ano lectivo 2004/05, indicavam que a população escolar de origem cabo-verdiana representava, a essa data, 14% do total da população escolar imigrante e que a mesma se encontrava distribuída da seguinte forma, pelos diferentes ciclos de ensino: Pré-escolar 13%; 1º ciclo 46%; 2º ciclo 15%; 3º ciclo 15,6%; secundário 9,6%. Não tendo havido grandes flutuações no contingente imigrante cabo-verdiano, existem razões para se pensar que a representatividade desses alunos em cada ciclo não terá variado de forma significativa nos últimos anos e que a sua distribuição actual será semelhante. Merecedora de destaque é esta redução da percentagem de alunos na passagem do 3º ciclo para o secundário,

² Base de dados do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo



podendo essa realidade traduzir o insucesso que tem sido a escolarização das crianças e jovens de origem cabo-verdiana. Ao limitarem os seus estudos ao 9º ano, o nível de ensino obrigatório antes do actual 12º ano, uma maioria significativa destes jovens hipoteca as suas possibilidades de mobilidade social e contribui para a perpetuação da situação de pobreza e de exclusão social das suas famílias.

Os imigrantes originários de Cabo Verde apresentam dos mais baixos níveis de instrução no seio da população imigrante em Portugal. Na faixa etária 24-64, são aqueles que apresentam o menor número de indivíduos com o nível de ensino secundário (Rosa 2003). Cerca de 19,5% dos cabo-verdianos residentes em Portugal em 2001 não sabiam ler; 13,4 % sabiam ler e escrever sem possuir qualquer grau académico; 58,5% possuíam o ensino básico; 7,1%, o ensino secundário. Apenas 1,4% possuíam o ensino superior, número bastante inferior ao da população autóctone (21%) (ACIME, 2005)³.

O facto de esta população apresentar tão baixo nível de escolaridade poderá estar relacionado com as dificuldades encontradas no país de origem para prosseguir os estudos para além do ensino básico. Até há bem pouco tempo, a inexistência de uma rede escolar capaz de cobrir o país na sua totalidade impedia muitas famílias de proporcionar aos filhos uma instrução para além da básica. Em muitos casos isso implicaria grandes deslocações, inclusivamente de ilha para ilha, o que só era possível para famílias com mais recursos.

Esta baixa escolaridade dos adultos tem tido implicações negativas nos desempenhos escolares das crianças e jovens dessa comunidade e, conseqüentemente, na sua integração social, na medida em que estes são privados da grande fonte de capital cultural: os pais quando são instruídos. Os alunos têm apresentado, em média, taxas de sucesso inferiores aos alunos autóctones e níveis de abandono escolar acima destes (Machado 2007; Rodrigues, 2006), gerando a sua *desintegração* escolar e, a longo prazo, a exclusão social. Do ponto de vista de Machado (2007), diversas circunstâncias podem fazer dos imigrantes grupos particularmente vulneráveis à exclusão social, destacando-se, “as baixas qualificações, ou,

³ Base de dados do ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas



quando possuem qualificações mais elevadas não fazerem delas uso no mercado de trabalho” (Machado, 2007, p.38).

Embora o *insucesso* caracterize os percursos escolares da maioria dos alunos de origem cabo-verdiana, existe uma minoria que contraria essa tendência ao realizar percursos escolares “normais”, culminados no acesso e conclusão do ensino superior. Os investigadores que se têm ocupado com a problemática da escolarização dos descendentes de imigrantes cabo-verdiano têm materializado essa preocupação na realização de estudos centrados nos alunos do primeiro caso, isto é, com percursos escolares de insucesso.

Sem pretender desvalorizar qualquer estudo que tenha abordado esta problemática na perspectiva da compreensão do insucesso escolar desses alunos e, antes pelo contrário, indo procurar nos mesmos referências importantes para o presente trabalho, julgamos que uma abordagem no sentido de compreender o que explica o *sucesso escolar* da referida minoria de alunos constituirá um contributo para um melhor entendimento da problemática da integração escolar dessa população. Ao identificarmos e ao analisarmos a forma como se articulam alguns factores promotores do sucesso escolar dessa minoria; ao apontarmos caminhos para a replicação de contextos facilitadores da emergência desses mesmos factores, será possível contribuir para a promoção do sucesso escolar dos descendentes dos imigrantes cabo-verdianos residentes em Portugal.

Este estudo tem como principal objectivo compreender o sucesso escolar dos alunos de origem imigrante cabo-verdiana residentes em Portugal e pertencentes a famílias economicamente desfavorecidas.

4. Factores susceptíveis de influenciarem o rendimento escolar das crianças descendentes de imigrantes

O sucesso escolar dos seus descendentes constitui um aspecto fundamental para a integração das comunidades imigrantes e corresponde a um indicador dos níveis de assimilação e de adaptação nas sociedades de acolhimento, segundo Suet-Ling Pong (2003). Na mesma linha, Portes & MacLeod (1996) consideram que as taxas de escolarização dizem mais do nível de integração dos imigrantes de *segunda geração* do que propriamente os seus resultados em



termos laborais. Se se admitir que a educação dota os imigrantes de competências de capital importância para a sua mobilidade socioeconómica e que a mesma constitui uma forma de redução das desvantagens sociais e culturais, perceberemos a pertinência da ideia.

Os alunos de origem imigrante enfrentam a dificuldade que é a da conciliação de dois processos de socialização a que são submetidos: socialização familiar e socialização escolar. A família e a Escola, como agentes de socialização nem sempre coincidentes naquilo que adoptam como *cultura legítima*, entram frequentemente em contradição quanto aos valores que devem ser transmitidos aos alunos e mesmo em relação à forma como devem os mesmos ser veiculados. Estes alunos encontram-se, portanto, numa situação fragilizada de dupla socialização, geradora de insegurança, oscilando continuamente entre duas legitimidades culturais, sem que possam aceder, de forma plena, aos benefícios, quer de uma, quer de outra. Sentem-se deslocados tanto na Escola, onde a linguagem herdada da sua família não é entendida, como em casa, onde a linguagem escolar adquirida só é entendida por si próprios. A grande distância cultural existente entre as famílias estrangeiras das classes mais baixas e a Escola constitui a causa principal da dificuldade de articulação entre as duas instituições (Lahire, 1995). Uma das consequências desse confronto - socialização endógena/socialização exógena - consiste na possibilidade de os alunos desenvolverem comportamentos de oposição à última, como forma de reacção à posição em que se encontram. A família e os seus valores poderão, em casos extremos, serem adoptados como únicas referências, face a “... um mundo exterior que consideram mau e hostil na sua globalidade”, originando a oposição de uma “legitimidade familiar (moral e religiosa) a uma legitimidade da instituição escolar” (Lahire, 2008, p.78). Tal comportamento configura uma barreira à integração e ao sucesso social e escolar destes alunos.

Um dos factores que mais influencia os desempenhos escolares e, consequentemente, a integração social dos descendentes dos imigrantes é o estatuto socioeconómico da família. Este interfere com vários outros factores, nomeadamente, com o número de horas dedicadas aos estudos, o tipo de ensino que podem ambicionar frequentar, o acesso a recursos complementares de apoio às aprendizagens, ou com a capacidade de mobilização de recursos no seio das suas redes sociais. Do ponto de vista de Portes e MacLeod, “... the second-



generation students are no different from those of native parentage in being heavily influenced by their family's SES⁴ and by the average socioeconomic level of their schools" (1996, p.270).

As redes sociais em que se inserem as famílias imigrantes e o seu capital social - o "... agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizados de conhecimento ou de reconhecimento mútuo" (Portes 2000,p.134) - afiguram-se igualmente como condicionantes dos desempenhos escolares dos descendentes de imigrantes.

O estatuto socioeconómico da família influencia ainda os desempenhos escolares dos alunos quando relacionado com as expectativas parentais face à actividade escolar dos filhos. A posse de recursos financeiros e de níveis de escolaridade mais elevados pelas famílias tendem a aumentar as suas expectativas em relação aos patamares escolares a serem atingidos pelos filhos; esta atitude está, por sua vez, positivamente relacionada com os resultados escolares destes (Neunschwander, *et al.*, 2007). As expectativas parentais geram expectativas nos filhos e, quando isso acontece, estes conseguem melhorar a autoconfiança, o autoconceito académico e, conseqüentemente, os seus resultados escolares. As expectativas parentais funcionam, assim, como um mediador do efeito da classe social sobre os resultados académicos dos alunos.

O facto de os alunos de origem imigrante realizarem percursos escolares de insucesso não deverá ser imputado a uma alegada falta de anseio dos pais em que estes atinjam graus de ensino mais elevados. Os pais, na sua maioria, desejam que os filhos sejam detentores de uma formação superior e vêem na concretização desse desiderato a única forma de os seus descendentes virem a ter uma vida melhor do que a dos próprios (Lahire, 1995).

As aspirações dos pais estão igualmente relacionadas com o tipo de monitorização que fazem da actividade escolar dos filhos, com a sua relação com as escolas frequentadas pelos mesmos e com o próprio saber, com o investimento familiar em actividades extras de reforço às aprendizagens escolares, com a frequência de actividades de tempos livres, com a

⁴ SES – Socio-Economic Status



assistência de espetáculos, a frequência de bibliotecas ou de livros disponíveis em casa (Hollowai, *et al.*, 2008).

A família e as suas aspirações em relação ao desempenho escolar dos filhos são, portanto, fundamentais para o sucesso escolar destes últimos e, nessa perspectiva, a história escolar dos jovens pode ser entendida como uma história social (Silva e Teixeira, 2008), admitindo-se também, como Alejandro Portes, que o sucesso ou insucesso dos alunos pertencentes à segunda geração de imigrantes configura “... a self-fulfilling prophecy of their parents’ collective attitudes and plans for the future” (1996, p.270).

O contexto da sua incorporação no país de acolhimento é essencial para a integração dos imigrantes nessa sociedade. O estatuto legal, a natureza da assistência recebida e o tipo de discriminação a que é sujeito, em suma, as políticas para a imigração adoptadas pelos países de acolhimento constituem aspectos determinantes para o grau de rapidez com que o imigrante pode ver progredir a sua situação socioeconómica, a sua adaptação psicológica e, previsivelmente, para o grau de adaptação e rendimento escolar dos seus filhos. Um acolhimento favorável dos imigrantes, “... results in more rapid occupational and economic advancement and, hence, higher parental SES, children’s school performance should be superior” (Portes e MacLeod, 1996, p.257).

As características das escolas frequentadas, nomeadamente a sua localização e o estatuto socioeconómico médio da população escolar, também parecem influenciar os percursos dos alunos de origem imigrante. Um alto estatuto socioeconómico médio da população, aliado a uma localização urbana contribuirá para o aumento do rendimento escolar médio dos alunos, enquanto a frequência de uma escola localizada nas zonas suburbanas, ou junto a bairros pobres, contribui para manter, ou mesmo baixar, os desempenhos escolares dos alunos de origem imigrante. Entende-se, assim, que Alejandro Portes e Dag MacLeod (1996) defendam que a Escola nem sempre contribui para amenizar as desigualdades sociais e escolares desses alunos e que, por vezes, até contribui para as reforçar.

A questão da influência ou não da língua materna destes alunos nos seus desempenhos escolares, utilizada recorrentemente como variável em estudos sobre a temática, não tem



gerado consenso. E se alguns defendem que o bilinguismo ou a assimilação linguística prejudicam esse desempenho, outros há que não encontram qualquer relação entre uma coisa e outra (Portes & Rumbaut, 2001). Do nosso ponto de vista, o facto de se falar a língua de origem no seio de algumas famílias será menos prejudicial para o desempenho escolar dos jovens do que propriamente falar-se a língua de acolhimento, quando o nível de domínio desta pelas famílias imigrante é fraco.

O tempo de permanência dos pais no país de acolhimento, a estrutura familiar e o nível académico parental constituem outras variáveis utilizadas no estudo da problemática da integração escolar dos filhos de imigrantes. O sucesso e o insucesso escolar podem ser atribuídos a factores que variam desde o esforço do aluno até às características da sua personalidade ou à ajuda que recebe dos outros (Faria & Fontaine, 1993).

No seio da família, sobressaem factores como a relação desta com a leitura e com a escrita; O acompanhamento ou valorização da actividade escolar por parte desta; O nível de escolaridade médio dos seus membros e o domínio da língua do país de acolhimento (Lahire, 2008). No entanto, o que parece ser mais importante é perceber-se que o que acaba por determinar o sucesso ou o insucesso escolar dos alunos dessas famílias é a combinação de vários dos factores que temos vindo a referir e não um factor *per si*, ou o somatório destes ou daqueles, mas sim a forma como se combinam ou interagem. É essencial entendermos, ainda, que uma mesma característica familiar pode influenciar de forma diferenciada o comportamento dos alunos, conforme este possa aceder ou não a um potencial recurso que, estando na *posse* da família, pode ou não ser-lhe transmitido (Lahire, 2008).

5. Metodologia e Instrumentos de Análise

Este estudo tem por base a análise dos depoimentos de uma amostra do universo de jovens descendentes de imigrantes cabo-verdianos e dos respectivos encarregados de educação em relação aos percursos escolares dos primeiros. Pretende explicar o sucesso escolar de um grupo de jovens de origem cabo-verdiana, residentes em bairros desfavorecidos da Área Metropolitana de Lisboa e do Distrito de Setúbal, cujos percursos escolares permitiram ingressar no ensino superior. Um *privilégio* reservado a um número diminuto de alunos de



origem cabo-verdiana, dando continuação à tendencial diminuição do seu contingente na população escolar portuguesa geral à medida que se avança nos ciclos de ensino.

Ao referirmo-nos ao conceito de *sucesso escolar* estamos a considerar o caso dos alunos cujo percurso escolar permitiu o ingresso no ensino superior, sem nos debruçarmos, neste estudo, sobre o percurso aí realizado. Pretendemos somente analisar os percursos que os conduziram a esse nível de ensino. Em oposição, consideram-se como sendo de *insucesso* os percursos escolares que não foram para além da escolaridade obrigatória de nove anos.

5.1. Objectivo e questões

Como foi referido, o estudo tem como objecto o sucesso escolar de uma minoria de jovens de origem cabo-verdiana que vive em condições socioeconómicas desfavoráveis, as quais tornam esse mesmo sucesso pouco provável. Incide sobre os casos de alunos com essas características e que ingressaram no ensino superior.

Parte-se do pressuposto que os factores familiares assumem um peso significativo na sua determinação, não sendo os únicos a concorrer para o nível de sucesso escolar desses alunos.

Admite-se que o local de residência, o nível de instrução e ocupação profissional parental, a língua falada em casa, as actividades extra-escolares, o acompanhamento das actividades escolares por parte dos pais, a relação mantida pelos pais com as escolas ou a própria relação da família com o saber, entre outros, poderão surgir como factores familiares determinantes do sucesso escolar desses alunos. Admite-se que esse sucesso resulta não da acção desta ou de aquela variável familiar, *per si*, mas da interacção das mesmas.

Assim sendo, o objectivo principal do estudo consiste em perceber qual, quais, ou que combinação de factores familiares prevalecem na explicação do sucesso escolar de uma amostra de jovens descendentes de cabo-verdianos.

Serão analisadas dimensões como a valorização da Escola pelas famílias, estratégias de acompanhamento parental, percepção dos alunos e das famílias sobre a qualidade da escola e dos professores e a motivação para a prossecução dos estudos, no sentido de compreendermos a sua eventual relação com o sucesso dos jovens da amostra.

5.2. Amostra e sua Caracterização



Considerou-se como sendo de *origem cabo-verdiana*, i) jovens que nasceram em Cabo Verde, tendo posteriormente emigrado para Portugal ou, ii) jovens que nascendo em Portugal têm, pelo menos, um dos progenitores nascido em Cabo Verde.

Na selecção da amostra, foi tido em conta os anos de frequência no sistema de ensino português por parte dos jovens nascidos em Cabo Verde, considerando-se como elegíveis para a integrar os alunos com uma frequência do sistema de ensino português mínimo a partir do 5º ano. Os jovens que ingressaram no sistema de ensino português a partir 5º ano, mas que abandonaram o ensino ao terminarem o 2º ciclo, foram excluídos da amostra por não se considerar como significativo o efeito deste sistema sobre o seu percurso escolar.

A delimitação territorial aos Distritos de Lisboa e de Setúbal é justificada pelo facto de se encontrar concentrada nestes dois territórios uma percentagem significativa da população estrangeira residente em Portugal (SEF; 2010).

A amostra é constituída por 4 subgrupos de indivíduos: o primeiro constituído por jovens com sucesso escolar, o segundo composto pelos encarregados de educação dos mesmos, o terceiro por jovens com insucesso escolar e, finalmente, o quarto subgrupo, formado pelos encarregados de educação destes últimos jovens. Os dois primeiros subgrupos constituem o *grupo experimental* sobre os quais recai o estudo, enquanto os dois últimos fazem parte do *grupo de controlo*.

5.2.1 Grupo experimental - 12 indivíduos de origem cabo-verdiana, filhos de pais com baixa escolaridade, residentes em bairros socioeconomicamente desfavorecidos dos Distritos de Setúbal e de Lisboa, com idades compreendidas entre os 17 e os 26 anos; que, no mínimo, frequentaram o sistema de ensino português a partir do actual 5º ano de Ensino Básico do actual Sistema de Ensino Português; que tiveram um percurso escolar de sucesso, o qual lhes permitiu terem frequentado ou estarem a frequentar o ensino superior em Portugal e, ainda, os 12 respectivos encarregados de educação.

5.2.2 Grupo de Controlo - 12 indivíduos de origem cabo-verdiana, filhos de pais com baixa escolaridade, residentes em bairros socioeconomicamente desfavorecidos dos Distritos de Setúbal e de Lisboa, com idades compreendidas entre os 17 e os 26 anos, que, no mínimo,



frequentaram o sistema de ensino português a partir do actual 5º ano de Ensino Básico do actual Sistema de Ensino Português; e que tiveram um percurso escolar de insucesso, na medida em que não lhes permitiu ir para além da escolaridade obrigatória. Fazem também parte deste grupo da amostra os 12 respectivos encarregados de educação.

No total, serão analisados os casos de 12 jovens com *percursos escolares de sucesso*, de ora em diante referidos como JSE e de 12 jovens com *percurso escolares de insucesso*, referidos como JIE e os respectivos Encarregados de Educação, EEJSE e EEJIE.

5.3. Selecção da amostra

Na selecção da amostra, utilizámos o seguinte método: Os indivíduos foram inicialmente contactados por duas vias, i) através de instituições sociais presentes em territórios de forte concentração de imigrantes cabo-verdianos ou ii) directamente pelo investigador. Seguiu-se um processo em que os jovens contactados foram indicando potenciais participantes, posteriormente contactados.

No total, foram entrevistados doze jovens com percursos escolares de sucesso, doze com percursos de insucesso e os respectivos vinte e quatro encarregados de educação.

Destaca-se a dificuldade em obter a colaboração de jovens e encarregados de educação nesta pesquisa, situação mais notada no caso dos jovens com percursos escolares de insucesso. Essa contrariedade foi mais evidente na selecção de indivíduos do sexo masculino para o grupo experimental e de indivíduos do sexo feminino para o grupo de controlo facto que poderá estar relacionado com as diferenças de desempenhos escolares que normalmente ocorrem entre rapazes e raparigas, com vantagem para estas.

4.3.1. Dados demográficos relativos à amostra

Idades: O subgrupo JSE é constituído por 12 indivíduos, com idades entre os 20 e os 26 anos, numa média de 22. Esta média é um pouco mais baixa nos JIE, onde atinge apenas os 21 anos. A mesma diferença verifica-se entre os encarregados de educação dos jovens, pois enquanto os EEJSE atingem, em média, os 51 anos, os correspondentes dos JIE apresentam uma média etária de 45 anos.



Género - O subgrupo JSE é constituído por 4 jovens do sexo masculino e por 8 do sexo feminino. Apenas um encarregado de educação é homem, sendo os restantes onze do sexo feminino. Dos JIE, oito são do sexo masculino e quatro do feminino, enquanto dois dos encarregados de educação são homens e as restantes são mulheres.

Habilitações literárias O subgrupo JSE é constituído por 12 jovens. Quatro já concluíram o ensino superior e oito estão a frequentá-lo em diferentes tipos de cursos. Os JIE apresentam também alguma dispersão no que se refere às suas habilitações literárias, embora se verifique uma expressiva presença de jovens (cinco) com o 6º ano de escolaridade. Apenas cinco dos jovens cumpriram a escolaridade obrigatória e, destes, um fê-lo através do programa Nova Oportunidades.

Agregados Familiares - Os JSE vivem em famílias com um número igual ou superior a quatro elementos, sendo o número máximo sete. A maioria vive em agregados de cinco elementos. Os JIE vivem em agregados com um número igual ou superior a três, em que a maioria das famílias comporta 7 elementos.

Actividade Profissional - As mães trabalham, maioritariamente, como empregadas de limpezas, empregadas domésticas ou em áreas muito próximas como lares e apoio domiciliário. Exercem as suas funções em empresas do ramo, em casas particulares ou na restauração. Os pais, em ambos os subgrupos, são maioritariamente operários da construção civil. Apenas 1 pai no caso dos JSE e 2 no caso dos JIE trabalham noutra área que não a da construção civil.

4.4. Recolha e tratamento de dados

O principal instrumento de recolha de dados foi a entrevista. O estudo foi *iniciado* com uma entrevista exploratória, realizada a quatro jovens de origem cabo-verdiana com percursos escolares de sucesso e aos seus respectivos encarregados de educação. O *correspondente guião* foi traçado com base numa revisão da bibliografia alusiva à temática da escolarização de descendentes de imigrantes. Da análise dos dados emergiram as *dimensões* que permitiram a construção do guião definitivo de uma entrevista semi-estruturada realizada com os 48 participantes deste estudo. As entrevistas aos participantes foram realizadas nas suas casas, à excepção dos casos de uma jovem e respectiva encarregada de educação entrevistadas na



faculdade onde a primeira estuda e a segunda trabalha e de outra jovem e seu pai que, a pedido deste, foram entrevistados no Centro Comunitário do bairro onde vivem.

Conclusão

O facto de este trabalho se encontrar ainda em fase de desenvolvimento inviabiliza por enquanto o avançar de conclusões, em termos dos seus resultados. Podemos, no entanto, adiantar algumas notas ou aspectos que sobressaíram ao longo da realização do trabalho de campo:

Começamos por referir que na amostra do estudo verifica-se que todos os encarregados de educação consideram a educação escolar uma ferramenta imprescindível para a vida dos seus educandos: “o futuro sem escola é um futuro de limpar escadas”; “sem escola não há futuro”, o que tem alguma importância na desmistificação do lugar-comum de que os imigrantes cabo-verdianos não valorizam a Escola. Também destacamos o facto de as mães desta amostra desempenharem um papel de extrema importância no acompanhamento da vida escolar dos jovens alvo do estudo, assumindo sozinhas, na maioria dos casos, o papel de encarregado de educação e o acompanhamento escolar dos seus filhos, o que confirma a percepção social. Os encarregados de educação da maioria dos jovens da amostra reiteram que o sucesso dos seus educandos dependeu em primeiro lugar de si próprios: “ela é que se esforçou”; “ele sempre lutou”.

Dos alunos da amostra que conseguem ser bem sucedidos, alguns fazem-no em condições socioeconómicas muito difíceis e em contextos familiares visivelmente pouco estimulantes.

Como foi dito, trata-se apenas de algumas notas de um trabalho de campo que está concluído, mas cujos resultados carecem de reflexão. Os resultados finais do estudo só estarão disponíveis após conclusão do processo de sistematização e de análise dos dados recolhidos. Trazemos aqui estas notas para, através da discussão, beneficiarmos do recuo crítico que este fórum permite.

Bibliografia



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CASTLES, S. (2010). Understanding Global Migration: A Social Transformation Perspective, *Ethnic and Migration Studies*, 36: 10, 1565-1586, 2010

FARIA, L. & Fontaine, M (1993). Atribuições para o sucesso escolar na adolescência: avaliação em contexto natural. *Cadernos de Consulta Psicológica* v.9: 66-67, 1993

HOLLWAY, S., Susuky, S. et al. (2008). Determinants of Parental Involvement in Early schooling: Evidence from Japan. *Early childhood Research & Practice*, v.10 (1), 2008

LAHIRE, B. (2008), (1ªed.,3ªIMP). *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável*. São Paulo: Ática.

MASSEY, D., Arango, J., Hugo, G. et al. (2008). Teorias de Migración internacional; una revisión y aproximación. *ReDCE*, v10, 435-478, 2008.

MACHADO, F. (2007). Jovens como os outros? Processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal, In: VITORINO, A. (org.). *Imigração: Oportunidade ou ameaça?* (pp.169-198). Estoril: Principia.

MARQUES, M & Martins, J. (2005). *Jovens, migrantes e a sociedade da informação e do conhecimento - A Escola perante a diversidade*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Neunschwander, M., Vida, M., et.al. (2007). Parents' Expectation and Students' Achievement. *International Journal of Behaviour Development*, Vol. 31(6), 594-602.

RODRIGUES, F (coord). (2006). Principais tendências e desafios. *Plano Nacional de Acção para a Inclusão, PNAI 2006-2008, Parte I* (pp.13-41). Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

ROSA, M. (2003). *Contributo dos "Imigrantes" na demografia portuguesa – o papel das populações de nacionalidade estrangeira*, Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

PONG, S. (2003). Immigrant Children's Scholl Performance. *Population Research Institute of The Pennsylvania State University*: Disponível em: <http://www.pop.psu.edu> .Consultado em 5 de Maio de 2007

PORTES, A. & MacLeod, D. (1996). Educational progress of children of immigrants. The role of class, ethnicity and school context. *Sociology of Education*, v. 69, nº4, 255-275.

PORTES, A. (2000). Capital social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, 133-158.

PORTES, A., & Rumbaut, R, (2001). *Legacies. The story of the immigrant second generation*. Los Angeles: University of California Press.

Silva, V. e Teixeira, A. (2008). Contestando profecias: trajectória de de jovens universitários de origem popular. Sísifo. *Revista de Ciências da Educação*, V.6, pp-85-96. Disponível em <http://sisifo.fpce.un.pt>. Acesso em: Outubro de 2009